

Portugal nos anos vinte

Eloy Fernández Clemente, *Portugal en los Años Veinte — Las Orígenes del «Estado Novo»*, «Estudios y Documentos», Universidade de Valladolid, 1996.

Conforme o autor explica na introdução, «este estudo pertence a um plano de investigação [...] sobre a modernização económica e sócio-política dos países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Turquia) no primeiro terço do século XX» (p. 7). Mais concretamente, «trata-se fundamentalmente de analisar as circunstâncias em que tem lugar o golpe-de-estado de 1926 (com os paralelos [...] de Mussolini em 1922, Mustafá Kemal Atatürk e Primo de Rivera em 1923 e Pángalos em 1925), o qual poderia ter sido mais um dos muitos sofridos pelo país vizinho, mas que, por uma série de razões especiais, que passamos a estudar, se consolidará com uma das ditaduras conservadoras e mesmo ‘parafascistas’ de maior duração do mundo» (p. 7).

O estudo é constituído basicamente por duas partes. A primeira parte, dedicada ao exame de conjunturas, inclui secções sobre a dependência económica, os antecedentes do golpe militar, o golpe de 28 de Maio de 1926, a primeira etapa da ditadura militar, a ascensão de Oliveira Salazar, os apoios e as dissidências da ditadura e a instauração definitiva do Estado Novo. A segunda parte, dedicada ao estudo das estruturas, inclui secções sobre o capital humano, o sector primário, o sector industrial, o sector dos serviços, o sector exterior e o sector público. O livro inclui ainda uma terceira parte de síntese a apêndices de textos e de séries de dados sobre a população, a educação, o sector primário, o sector industrial, o sector dos serviços, o sector exterior, o sector público e a política económica e magnitudes macroeconómicas.

Ao sintetizar as suas conclusões, Eloy Fernández começa por sublinhar o crescimento lento e o consequente atraso relativo da economia portuguesa desde meados do século XIX, explicando esse processo de afastamento em

* Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

relação aos países mais desenvolvidos pela escassez de recursos naturais, pela localização geográfica marginal num contexto europeu, pela configuração do mercado interno, pela escassez e carestia do capital e pela inelasticidade da oferta. Retrata depois a grave situação conjuntural vivida pela economia e pela sociedade portuguesas na sequência da primeira guerra mundial — inflação, incapacidade do regime republicano democrático para aprofundar as suas bases de apoio, primeiras tentativas de ditadura de direita, em particular com Sidónio Pais —, identifica os grandes proprietários fundiários e os grandes capitalistas industriais e financeiros, apoiados ideologicamente nas forças conservadoras e antidemocráticas e instrumentalizando umas forças armadas descontentes e mal pagas, como os factores do golpe militar de 1926, aponta a indefinição de rumo dos primeiros governos da ditadura militar e reconhece o papel crucial de Oliveira Salazar na orientação e consolidação do novo regime. Discute igualmente a evolução relativamente favorável da economia portuguesa durante a grande depressão, que atribui à sua fraca abertura a às políticas económicas prosseguidas pelo Estado Novo.

Em termos estruturais, Eloy Fernández destaca primeiro o elevado crescimento da população, como resultado da elevada natalidade, da redução da mortalidade e da diminuição da emigração em consequência da política de «porta fechada» dos países do continente americano. Sublinha depois o peso maioritário da agricultura na economia portuguesa e a importância social, activa ou passiva, que, por isso, tinham os grupos sociais ligados ao mundo rural, e aborda o processo da «campanha do trigo». Passa em seguida à análise dos restantes sectores da economia, apontando o carácter tradicional das indústrias dominantes, as dificuldades energéticas (que tornavam fundamentais os acordos com a Espanha para o aproveitamento hidroeléctrico de uma parte importante das bacias hidrográficas portuguesas), a dependência das marinhas mercantes estrangeiras e dos caminhos de ferro espanhóis para o comércio externo e o impulso dos transportes rodoviários através da camionagem.

No que respeita às questões financeiras, o destaque vai, naturalmente, para a inflação dos anos da primeira guerra mundial e do imediato pós-guerra e para a estabilização da segunda metade dos anos 20, concluída por Salazar. Eloy Fernández Clemente atribui igualmente grande importância ao papel do Banco de Portugal e de alguns grandes bancos, bases de grupos financeiros e económicos.

No que respeita às relações externas, o autor debruça-se primordialmente sobre o império colonial e sobre a política de fomento e de articulação dirigida das economias de Portugal e das suas colónias, para além de analisar o saldo negativo e a composição do comércio externo.

Numa apreciação global, pode dizer-se que o trabalho de Eloy Fernández Clemente é uma excelente síntese da investigação realizada nos últimos anos

sobre a evolução da economia e da sociedade portuguesas na época considerada, síntese apoiada no excelente conhecimento que o autor tem da bibliografia portuguesa sobre os assuntos que aborda. É de esperar que esta publicação tenha dois efeitos extremamente positivos. Primeiro, a divulgação do conhecimento sobre Portugal entre os investigadores de língua espanhola. Segundo, o alicerçar de estudos comparativos, de que se aguarda com natural interesse aquele que o próprio Eloy Fernández Clemente anuncia na apresentação atrás citada, confrontando os diferentes países da Europa mediterrânica e as suas ditaduras no período entre as duas guerras mundiais.